



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I – DECRETO Nº 27.354

ANEXO I	TERMO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA QUANTO AO ATENDIMENTO DOS PARÂMETROS CONSTRUTIVOS E URBANÍSTICOS SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS DIRETORIA DE ANÁLISE DE PROJETOS - DIPJ	 PLANEJAMENTO CAPTAÇÃO DE RECURSOS

## IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO/OBRA:

Proprietário: <u>Hugo Rambo Padilha</u>	Tipo de Obra <input checked="" type="checkbox"/> Construção nova <input type="checkbox"/> Ampliação de Obra existente <input type="checkbox"/> Reforma com ampliação <input type="checkbox"/> Reforma sem ampliação <input type="checkbox"/> Regularização <input type="checkbox"/> Demolição
Telefone: <u>(41) 96944-7583</u>	Inscrição Imobiliária lote: _____
Endereço da Obra: <u>Rua Isaura Veiga</u>	nº <u>56</u>
Bairro: <u>Residencial Stella Maris</u>	CEP: <u>85867-466</u>
Dimensão <u>72,59</u> m²	Uso da edificação: <u>Residencial Unifamiliar</u>
Nº de Pavimentos: <input checked="" type="checkbox"/> 01 Pavimento <input type="checkbox"/> 02 Pavimentos <input type="checkbox"/> 03 Pavimentos <input type="checkbox"/> 04 Pavimentos <input type="checkbox"/> _____ Pavimentos	

## IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PROJETO:

Nome do profissional: <u>Fernando Teruho Kawaji</u>	
Email: <u>icgrew.arqema@gmail.com</u>	
Nº Registro CAU ou CREA: <u>A149461-9</u>	Telefone: _____

Os abaixo assinados, na qualidade de **proprietário do imóvel/ empreendimento, responsável técnico pela autoria do projeto e responsável técnico pela execução da obra** declaram para fins de obtenção de licença para execução de Obra, que o projeto e a execução atendem integralmente à legislação vigente e assumem total responsabilidade quanto aos parâmetros arquitetônicos construtivos especialmente das seguintes normas denominadas abaixo:

-Lei Complementar nº 07, de 18 de novembro de 1991 – Dispõe sobre a utilização dos logradouros públicos no Município de Foz do Iguaçu, o bem estar, a ordem, os costumes e a segurança pública, estabelece normas de proteção e conservação do meio ambiente, observadas as normas federais e estaduais relativas às matérias;	- Resolução do CONFEA nº 1002, de 26 de novembro de 2002, que adota o "Código de Ética Profissional"; -Lei nº 2937, 17 de junho de 2004 – Dispõe sobre a regularização de edificações em situação irregular estabelecendo, a respeito, providências correlatas;	-Lei Complementar nº 276, de 6 de novembro de 2017 e suas alterações, dispõe sobre o zoneamento e uso e ocupação do solo do Município de Foz do Iguaçu, e da outras providências; -Lei nº 131, 12 de dezembro de 2007 – Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos na forma de condomínios horizontais fechados, regulamentando as Leis que especifica;
-Lei Complementar nº 03, de 16 de julho de 1991 – Dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Município de Foz do Iguaçu;	-Lei 3.144, 14 de dezembro de 2005 – Padroniza as calçadas no Município de Foz do Iguaçu e da outras providências;	-Lei Complementar nº 146, de 26 de outubro de 2009 – Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos na forma de condomínios horizontais fechados, regulamentando as Leis que especifica;

## ANEXO I – DECRETO Nº 27.354 - fl. 02/02

-Lei 1759, de 18 de maio de 1993 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de obra de arte em edificações e da outras providências;	-Lei nº 3223, de 28 de junho de 2006 – Dispõe sobre a instalação de hidrômetros individuais em condomínios residenciais e comerciais e da outras providências;	-Lei Complementar nº 166, de 22 de fevereiro de 2011 – Dispõe sobre diretrizes de arruamento para a implantação do Sistema Viário Básico;
-Lei nº 2305, de 1º de junho de 2000, alterada pela Lei nº 3248, de 14 de agosto de 2006 – Dispõe sobre a Eliminação de Barreiras Arquitetônicas em Edificações e Logradouros de uso Público e da outras providências;	-Lei Complementar nº 271, de 18 de julho de 2017 – Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável – PDDIS/FOZ, que define, princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para a realização das ações de planejamento no Município de Foz do Iguaçu;	-Código de Prevenção de Incêndios do Comando do Corpo de Bombeiros do Paraná e NBR 9077; -NBR 9050/2004, Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos -Código Civil;
-Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001 – Dispõe sobre a organização, regulamentação, fiscalização e controle das ações dos serviços de saúde no Estado do Paraná, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.711, de 29 de maio de 2002.	Resoluções ANVISA RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 e RDC nº 189, de 18 de julho de 2003; Lei Federal 12651/2012 – Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa ambiental (no entorno e nas margens de rios, córregos e nascentes).	- ABNT NBR NM 313/2007 Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência.

Assumimos toda a responsabilidade civil, administrativa e criminal decorrente de eventuais prejuízos a terceiros e, ainda, as sanções legais previstas na legislação municipal vigente. Declaramos ter ciência de que o não cumprimento destas normas isentará o Município de Foz do Iguaçu da expedição do Certificado de Conclusão de Obra – Carta de Habitação.

Foz do Iguaçu, 13 de setembro de 2023.

Assinatura do Proprietário	Assinatura Responsável Técnico pelo Projeto	Assinatura Responsável Técnico pela Execução
Nome: <u>Hugo Rambo Padilha</u>	Nome: <u>Fernando Teruho Kawaji</u>	Nome: <u>ANDRESSA CAROLINE Vellozo</u>
CPF ou CNPJ: <u>072.266.749-39</u>	CPF: <u>426.656.648-44</u> Nº CAU/CREA: <u>A149461-9</u>	CPF: <u>074.989.2029-302</u> Nº CAU/CREA: <u>PR-2103031D</u>





# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I – DECRETO Nº 27.354

ANEXO I	TERMO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA QUANTO AO ATENDIMENTO DOS PARÂMETROS CONSTRUTIVOS E URBANÍSTICOS SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS DIRETORIA DE ANÁLISE DE PROJETOS - DIPJ	 PLANEJAMENTO CAPTAÇÃO DE RECURSOS

## IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO/OBRA:

Proprietário: <u>Hugo Rambo Padilha</u>	Tipo de Obra <input checked="" type="checkbox"/> Construção nova <input type="checkbox"/> Ampliação de Obra existente <input type="checkbox"/> Reforma com ampliação <input type="checkbox"/> Reforma sem ampliação <input type="checkbox"/> Regularização <input type="checkbox"/> Demolição
Telefone: <u>(41) 96944-7583</u>	Inscrição Imobiliária lote:
Endereço da Obra: <u>Rua Isaura Veiga</u>	nº <u>56</u>
Bairro: <u>Residencial Stella Maris</u>	CEP: <u>85867-466</u>
Dimensão <u>72,59</u> m²	Uso da edificação: <u>Residencial Unifamiliar</u>
Nº de Pavimentos: <input checked="" type="checkbox"/> 01 Pavimento <input type="checkbox"/> 02 Pavimentos <input type="checkbox"/> 03 Pavimentos <input type="checkbox"/> 04 Pavimentos <input type="checkbox"/> Pavimentos	

## IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PROJETO:

Nome do profissional: <u>Fernando Teruho Kawaji</u>	
Email: <u>icgrew.arqema@gmail.com</u>	
Nº Registro CAU ou CREA: <u>A149461-9</u>	Telefone:

Os abaixo assinados, na qualidade de **proprietário do imóvel/ empreendimento, responsável técnico pela autoria do projeto e responsável técnico pela execução da obra** declaram para fins de obtenção de licença para execução de Obra, que o projeto e a execução atendem integralmente à legislação vigente e assumem total responsabilidade quanto aos parâmetros arquitetônicos construtivos especialmente das seguintes normas denominadas abaixo:

-Lei Complementar nº 07, de 18 de novembro de 1991 – Dispõe sobre a utilização dos logradouros públicos no Município de Foz do Iguaçu, o bem estar, a ordem, os costumes e a segurança pública, estabelece normas de proteção e conservação do meio ambiente, observadas as normas federais e estaduais relativas às matérias;	- Resolução do CONFEA nº 1002, de 26 de novembro de 2002, que adota o "Código de Ética Profissional"; -Lei nº 2937, 17 de junho de 2004 – Dispõe sobre a regularização de edificações em situação irregular estabelecendo, a respeito, providências correlatas;	-Lei Complementar nº 276, de 6 de novembro de 2017 e suas alterações, dispõe sobre o zoneamento e uso e ocupação do solo do Município de Foz do Iguaçu, e da outras providências; -Lei nº 131, 12 de dezembro de 2007 – Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos na forma de condomínios horizontais fechados, regulamentando as Leis que especifica;
-Lei Complementar nº 03, de 16 de julho de 1991 – Dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Município de Foz do Iguaçu;	-Lei 3.144, 14 de dezembro de 2005 – Padroniza as calçadas no Município de Foz do Iguaçu e da outras providências;	-Lei Complementar nº 146, de 26 de outubro de 2009 – Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos na forma de condomínios horizontais fechados, regulamentando as Leis que especifica;

## ANEXO I – DECRETO Nº 27.354 - fl. 02/02

-Lei 1759, de 18 de maio de 1993 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de obra de arte em edificações e da outras providências;	-Lei nº 3223, de 28 de junho de 2006 – Dispõe sobre a instalação de hidrômetros individuais em condomínios residenciais e comerciais e da outras providências;	-Lei Complementar nº 166, de 22 de fevereiro de 2011 – Dispõe sobre diretrizes de arruamento para a implantação do Sistema Viário Básico;
-Lei nº 2305, de 1º de junho de 2000, alterada pela Lei nº 3248, de 14 de agosto de 2006 – Dispõe sobre a Eliminação de Barreiras Arquitetônicas em Edificações e Logradouros de uso Público e da outras providências;	-Lei Complementar nº 271, de 18 de julho de 2017 – Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável – PDDIS/FOZ, que define, princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para a realização das ações de planejamento no Município de Foz do Iguaçu;	-Código de Prevenção de Incêndios do Comando do Corpo de Bombeiros do Paraná e NBR 9077; -NBR 9050/2004, Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos -Código Civil;
-Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001 – Dispõe sobre a organização, regulamentação, fiscalização e controle das ações dos serviços de saúde no Estado do Paraná, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.711, de 29 de maio de 2002.	Resoluções ANVISA RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 e RDC nº 189, de 18 de julho de 2003; Lei Federal 12651/2012 – Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa ambiental (no entorno e nas margens de rios, córregos e nascentes).	- ABNT NBR NM 313/2007 Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência.

Assumimos toda a responsabilidade civil, administrativa e criminal decorrente de eventuais prejuízos a terceiros e, ainda, as sanções legais previstas na legislação municipal vigente. Declaramos ter ciência de que o não cumprimento destas normas isentará o Município de Foz do Iguaçu da expedição do Certificado de Conclusão de Obra – Carta de Habitação.

Foz do Iguaçu, 13 de setembro de 2023.

Assinatura do Proprietário	Assinatura Responsável Técnico pelo Projeto	Assinatura Responsável Técnico pela Execução
Nome: <u>Hugo Rambo Padilha</u>	Nome: <u>Fernando Teruho Kawaji</u>	Nome: <u>ANDRESSA CAROLINE Vellozo</u>
CPF ou CNPJ: <u>072.266.749-39</u>	CPF: <u>426.656.648-44</u> Nº CAU/CREA: <u>A149461-9</u>	CPF: <u>074.989.2029-302</u> Nº CAU/CREA: <u>PR-2103031D</u>